

Experiências do Brasil Original: diagnóstico participativo para o desenvolvimento do turismo em comunidades indígenas e quilombolas

Original Brazil Experiences: Participatory Assessment for Tourism Development in Indigenous and Quilombola Communities

Experiencias del Brasil Original: Evaluación Participativa para el Desarrollo del Turismo en Comunidades Indígenas y Quilombolas

Eduardo Silva Sant'Anna 
Universidade de São Paulo (USP),
São Paulo, SP, Brasil
eduardosilvasantanna@gmail.com

Aline Barbosa Tinoco Luz 
Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI),
Itajaí, SC, Brasil
abtluz@gmail.com

Verônica Feder Mayer 
Universidade Federal Fluminense (UFF),
Niterói, RJ, Brasil
veronicamayer@id.uff.br

Osiris Ricardo Bezerra Marques 
Universidade Federal Fluminense (UFF),
Niterói, RJ, Brasil
osirismarques@id.uff.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.25n2.2025.2121>

RESUMO:

O turismo em territórios habitados por comunidades tradicionais requer o protagonismo dessas comunidades para a promoção de um turismo responsável, ético e sustentável. Diversas estratégias podem ser usadas para a avaliação potencial e situacional do turismo local, viabilizando a coparticipação comunitária e o sucesso das iniciativas. Este artigo objetiva apresentar o processo de diagnóstico participativo do turismo junto a comunidades tradicionais indígenas e quilombolas. A metodologia proposta foi construída à luz de pressupostos do Diagnóstico Rural Participativo e da pesquisa avaliação. Um conjunto de técnicas foi empregado a fim de apreender o potencial turístico dos territórios junto aos seus agentes locais, compreender a dinâmica atual da atividade turística e caracterizar aspectos técnicos necessários para um turismo seguro e acessível. Para isso, realizaram-se rodas de conversa, entrevistas, oficinas participativas e caminhadas transversais. As comunidades refletiram sobre seus recursos e necessidades, resultando em recomendações para a formação de guias locais, melhorias na acessibilidade, sinalização e infraestrutura.

PALAVRAS-CHAVE:

Pesquisa avaliação;
Metodologia diagnóstica;
Turismo de base comunitária.

ABSTRACT:

Tourism in territories inhabited by traditional communities requires the leadership of these communities to promote responsible, ethical, and sustainable tourism. Various strategies can be used to assess the potential and current state of local tourism, enabling community co-participation and the success of initiatives. This article aims to present the process of participatory tourism assessment conducted with Indigenous and Quilombola traditional communities. The proposed methodology was developed based on the principles of Participatory Rural Assessment and evaluation research. A set of techniques was employed to grasp the tourism potential of these territories alongside local stakeholders, understand the current dynamics of tourism activities, and identify the technical aspects necessary for safe and accessible tourism. To achieve this, focus groups, interviews, participatory workshops, and transect walks were conducted. The communities reflected on their resources and needs, leading to recommendations for the training of local guides, improvements in accessibility, information signs, and infrastructure.

KEYWORDS:

Evaluation research;
Diagnostic methodology;
Community-based tourism.

RESUMEN:

El turismo en territorios habitados por comunidades tradicionales requiere el protagonismo de estas comunidades para la promoción de un turismo responsable, ético y sostenible. Se pueden utilizar diversas estrategias para la evaluación potencial y situacional del turismo local, permitiendo la coparticipación comunitaria y el éxito de las iniciativas. Este artículo tiene como objetivo presentar el proceso de diagnóstico participativo del turismo en comunidades tradicionales indígenas y quilombolas. La metodología propuesta se desarrolló a la luz de los supuestos del Diagnóstico Rural Participativo y de la investigación evaluativa. Se empleó un conjunto de técnicas para comprender el potencial turístico de los territorios junto con sus actores locales, analizar la dinámica actual de la actividad turística y caracterizar los aspectos técnicos necesarios para un turismo seguro y accesible. Para ello, se llevaron a cabo círculos de conversación, entrevistas, talleres participativos y caminatas transversales. Las comunidades reflexionaron sobre sus recursos y necesidades, lo que resultó en recomendaciones para la formación de guías locales, mejoras en la accesibilidad, la señalización y la infraestructura.

PALABRAS

CLAVE:

Investigación evaluativa;
Metodología diagnóstica;
Turismo comunitario.

1. Introdução

O desenvolvimento do turismo em territórios indígenas e quilombolas no Brasil tem despertado a atenção para suas realidades, desafios e riquezas culturais. No caso indígena, o turismo vem sendo reconhecido como um potencial agente de promoção e desenvolvimento territorial, contribuindo para a permanência dos jovens nas comunidades, o aumento da renda e a preservação cultural (Brandão et al., 2015). Alinhado a isso, o turismo em território quilombola também apresenta a potencialidade de reforço da territorialidade e valorização da identidade cultural dessas comunidades (Guerrón Montero, 2017). Território, neste contexto, refere-se ao

conjunto de relações sociais, políticas e culturais que se estabelecem nas comunidades tradicionais. Seus modos de vida estão profundamente conectados à natureza em uma relação de biointeração, na qual a terra não é apenas um espaço físico, mas também fonte de identidade, conhecimento e subsistência (Santos, 2015).

No contexto do planejamento do turismo com comunidades tradicionais, a avaliação do potencial turístico do território é uma etapa fulcral. Identificar recursos naturais e culturais para o turismo é uma prática amplamente abordada na literatura de planejamento e desenvolvimento (Hall, 2001). Da mesma forma, compreender as práticas de turismo existentes e as expectativas da população local para o turismo são fundamentais. A participação da população local nesses processos é essencial em contextos de turismo de base comunitária, que enfatizam o protagonismo, o empoderamento e o fortalecimento da organização comunitária (Castro & Pinto, 2013).

O turismo em territórios indígenas e quilombolas pode aderir aos princípios do turismo de base comunitária, envolvendo a participação de diversos atores sociais, incluindo lideranças, a comunidade, organizações governamentais, não-governamentais e empresas de turismo (Proença & Panosso Netto, 2022). Essas formas de turismo têm sido alvo de políticas públicas no Brasil voltadas ao planejamento e à gestão do turismo e podem ser atravessadas por conflitos. Tanto os povos indígenas quanto os quilombolas enfrentam historicamente inúmeras violações de direitos humanos, incluindo violência sistemática, assassinatos e conflitos territoriais. Não obstante, esses são territórios de rica expressão cultural, diversidade socioambiental e beleza cênica que, a despeito de suas dificuldades estruturais, são considerados territórios de interesse turístico (Brasil, 2023; Martins et al., 2020).

Quando se trata da avaliação estruturada do turismo em comunidades tradicionais, devemos considerar suas particularidades históricas, econômicas, sociais e culturais. Reproduzir metodologias diagnósticas concebidas para outros contextos, como o turismo urbano (Perantoni et al., 2012), pode não resultar em um processo efetivamente participativo que reflita as cosmovisões das comunidades tradicionais e seus anseios para o território. Nesse sentido, apesar da existência de metodologias de avaliação dos recursos rurais para a estruturação da oferta turística (Merkel Arias & Kieffer, 2022; Sánchez Rivero et al., 2016), são escassos os instrumentos e técnicas específicas para a avaliação do turismo em comunidades tradicionais.

Este artigo tem como objetivo apresentar o processo de diagnóstico participativo do turismo junto a comunidades tradicionais indígenas e quilombolas. A metodologia proposta foi

construída no âmbito de um projeto de pesquisa, à luz de pressupostos do Diagnóstico Rural Participativo (Verdejo, 2006; Martins, 2022; Martins et al., 2021) e da pesquisa avaliação (Contandriopoulos, 2006; Rodríguez-Campos, 2018; Patton, 1997), compreendidas como abordagens complementares para avaliação do potencial turístico. O projeto se deu no contexto da implantação de uma política pública no Brasil, que objetivou “impulsionar o turismo de base local para o desenvolvimento de experiências memoráveis e transformativas” (Brasil, 2023, p. 5) e desenvolveu-se junto a quatro comunidades tradicionais, duas indígenas (Pará e Roraima) e duas quilombolas (Goiás e Pará) em 2023. Para esse fim, contou com uma pesquisa diagnóstica (objeto deste artigo), em sua primeira etapa.

Após esta introdução, contextualizamos os desafios e oportunidades para o desenvolvimento do turismo em territórios indígenas e quilombolas. Além disso, discorreremos brevemente sobre a natureza da pesquisa avaliação. Em sequência, descrevemos na seção de métodos o contexto da pesquisa, seus instrumentos de coleta e de análise. Então, procedemos à descrição e interpretação dos resultados e apresentamos reflexões sobre a pesquisa avaliação e as implicações práticas de um diagnóstico participativo. Concluímos com as limitações do estudo e uma agenda de pesquisa.

2. Revisão de literatura

2.1 Turismo em territórios indígenas e comunidades quilombolas

As comunidades tradicionais podem ser definidas como agrupamentos que apresentam formas próprias de organização social, cultural e econômica, observáveis no uso do seu território e seus recursos naturais e cuja base está nos conhecimentos, inovações e práticas tradicionais passadas entre gerações (Ministério Público [do Estado](#) de Minas Gerais, 2014). Do ponto de vista da produção e do consumo, as comunidades tradicionais geralmente apresentam formas de produção pautadas por lógicas próprias, geralmente coletivas, que nem sempre convergem com a lógica de produção vigente na maioria das sociedades ocidentais. Do ponto de vista histórico, são comunidades que enfrentam uma jornada de muita luta e resistência marcada por medidas recorrentes de exclusão e apagamento de sua identidade e memória (Bowen, 2016). Atualmente, 28 tipos de comunidades tradicionais são considerados de maneira oficial no Brasil, entre eles, as comunidades indígenas e quilombolas (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, s.d.).

São denominadas “comunidades indígenas”, aquelas estabelecidas com base em laços de parentesco ou proximidade entre seus membros, e que preservam conexões histórico-culturais com as estruturas sociais indígenas anteriores à chegada dos colonizadores (Castro, 2005). O turismo em comunidades indígenas não constitui um segmento, mas uma forma de atividade turística que busca envolver esses grupos de maneira sustentável, respeitando suas culturas, tradições e modos de vida. Caminhadas, observação de animais, imersões culturais, escaladas e xamanismo compõem a gama de possibilidades do fazer turístico nesses territórios, cujo objetivo deve estar relacionado com a promoção da sociodiversidade e biodiversidade a partir da interação com os povos indígenas e sua cultura material e imaterial e geração de renda (Brasil, 2015).

As comunidades quilombolas, por sua vez, não remontam à história do Brasil desde suas origens, mas passam a existir no período colonial, formadas a partir da insubmissão de escravizados que ao fugirem para locais de difícil acesso, formavam núcleos habitacionais organizados, tanto para sua defesa como para seu desenvolvimento e subsistência (Fundação Cultural Palmares, s.d.). Nessas comunidades, vivências como contação de histórias com os mestres Griôs, visita aos núcleos familiares e às casas de farinha, trilhas, banhos em corpos de água, prova da culinária local, entre outras atividades, são possibilidades que o turismo apresenta para uma conexão com o saber e as tradições locais, e vem cada vez mais se constituindo uma estratégia de desenvolvimento econômico e político para os quilombolas (Bowen, 2016).

No entanto, diante da difícil realidade encarada por essas comunidades, que muitas vezes têm seus direitos básicos negados, além da constante ameaça que enfrentam em seus territórios (objeto de desejo de diversos setores da economia), há quem alerte sobre o turismo nessas comunidades como mais um fetiche neoliberal (Bowen, 2016). Não raramente, indígenas e quilombolas precisam lidar com a falta de infraestrutura básica e índices de desnutrição, saneamento e educação desanimadores (Leite, 2008). Além disso, entraves burocráticos arrastam os processos de demarcação e certificação de suas terras (Conaq, 2023; Dambrós, 2019), gerando tensões no turismo relacionadas à especulação imobiliária, ao uso da mão de obra dos comunitários de forma secundárias e mal remunerada, à descaracterização das práticas locais visando apenas a satisfação dos turistas (Santos et al., 2019, Corbari et al., 2017). Há quem defenda que a prática do turismo surge menos como uma escolha voluntária de indígenas e quilombolas, e mais como uma imposição diante da necessidade de se escapar da situação de

vulnerabilidade na qual se encontram, transformando sua identidade em mercadoria (Bowen, 2016; Corbari et al., 2017).

Por outro lado, há quem compreenda que a atividade turística em territórios indígenas e quilombolas pode ser altamente benéfica. Além de despertar o interesse e a manutenção dos mais jovens nessas comunidades (Brandão et al, 2015), pode ser via de reforço da identidade, da valorização (ou mesmo resgate) da cultura material e imaterial e da autodeterminação desses povos (Denkewicz et al., 2021; Santos et al., 2019), e constituir uma potente arma para a superação de preconceitos e conscientização da sociedade sobre a importância das comunidades tradicionais, seus ritos, costumes e cosmovisões (W. Oliveira, 2021). Não menos importante, o turismo também configura uma fonte de renda adicional para a comunidade, que muitas vezes não oferece em seus limites muitos postos de trabalho (D. Oliveira, 2021). Ainda, a geração de renda e autonomia financeira podem auxiliar enormemente no combate à violência contra a mulher (Guedes & Fonseca, 2011), um problema sério que acomete muitas dessas comunidades (Conaq, 2023).

Irving (2009, p. 108) alerta para o desenvolvimento responsável da atividade turística nas comunidades, salientando a participação e protagonismo das populações locais, internalizando “a variável local e as identidades envolvidas como elemento central de planejamento”. O direito conferido às comunidades indígenas e quilombolas de decidirem sobre suas próprias prioridades nas escolhas que envolvam suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, incluindo o uso das terras que ocupam para o turismo, é previsto legalmente (Brasil, 2004). Dessa forma, qualquer política pública destinada aos povos tradicionais deve prestar a máxima atenção no sentido de não apenas reproduzir sua lógica própria de desenvolvimento, impondo às comunidades um descolamento de suas tradições (Almeida & Euzebio, 2021). Esse esforço deve ser realizado não apenas pela força da lei, mas também pelo senso de reparação e respeito a essas comunidades, e deve constar no núcleo duro de todo e qualquer planejamento de turismo nessas áreas, viabilizando o desenvolvimento de um turismo responsável, ético e sustentável

2.2 Pesquisa avaliação

A avaliação de processos, produtos e sistemas está no cerne do planejamento do turismo (Hall, 2001). Por essa razão, identificar as melhores técnicas, instrumentos e práticas deve constituir um exercício contínuo para o planejamento e gestão de um turismo responsável, ético e sustentável. As definições de avaliação costumam envolver a confluência de três elementos: a) a apreciação ou julgamento de um objeto; b) a geração de dados e informações; c) a contribuição

intencional para processos de tomada de decisão (Meyer & Stockmann, 2013). Quando se trata da pesquisa avaliativa, somam-se a essas características métodos sistemáticos e rigorosos, frequentemente ancorados nas ciências sociais, que objetivam diminuir parcialidades e vieses, aumentando o potencial descritivo e a credibilidade dos resultados (Kellaghan, 2010).

A literatura metodológica reconhece múltiplos objetos passíveis de uma investigação avaliativa. Programas, ações e sistemas são alguns exemplos (Kellaghan, 2010), assim como “leis, produtos, serviços, organizações, processos [...] e até outras avaliações” podem constituir objetos de pesquisa (Meyer & Stockmann, 2013, p. 63). No entanto, a produção mais prolífera em pesquisa avaliação reside provavelmente na análise de programas, projetos e políticas. A avaliação de programas vem ganhando relevância desde a década de 1970 e assumindo diferentes posturas e abordagens focadas na utilidade (Patton, 1997), no desenvolvimento (Patton et al., 2016), e nos diferentes graus de participação dos atores envolvidos na avaliação (Fetterman et al., 2018).

No turismo, alguns estudos dedicam-se à avaliação de políticas públicas, programas e projetos governamentais (Cala Matiz, 2006; Lima & Costa, 2015). A pesquisa avaliativa também pode ser útil na investigação das estratégias de comunicação de um órgão público, como o Ministério do Turismo (Silveira et al., 2021), e até a análise da infraestrutura de equipamentos e potenciais atrativos turísticos (Rojas et al., 2014). Verifica-se nesses estudos uma ampla variedade de procedimentos metodológicos: pesquisa documental, bibliográfica, observação sistemática, levantamentos, entrevistas e oficinas. Isso ocorre justamente para atender ao segundo critério da pesquisa avaliativa de gerar dados pertinentes e confiáveis (Contandriopoulos, 2006; Kellaghan, 2010). Portanto, é coerente que diferentes estratégias metodológicas sejam empregadas, caracterizando, tipicamente, uma pesquisa multimétodo.

A pesquisa avaliativa costuma envolver os atores locais no processo de avaliação. Nesse sentido, ela se aproxima da pesquisa-ação, posto que os atores na pesquisa avaliativa não são compreendidos como meros informantes, mas participantes de um processo construtivo de julgamento de valores relevantes para seu contexto (Greenwood & Levin, 2007). No entanto, o envolvimento dos agentes varia de extensão e intensidade de acordo com as premissas da avaliação, as condições da pesquisa e seus objetivos.

A variedade de níveis de envolvimento dos agentes sociais locais e do papel do avaliador pode resultar em três classificações para a pesquisa avaliativa: a colaborativa, a participativa e a emancipatória (Fetterman et al., 2018). Enquanto na avaliação colaborativa os avaliadores estão

no comando da condução do processo, na avaliação participativa o controle do processo é compartilhado igualmente entre avaliadores e participantes. Por sua vez, a avaliação emancipatória está sob o comando dos membros da comunidade avaliada, que conta com avaliadores externos como consultores ou mentores para garantir que o processo seja “rigoroso, responsável e relevante” (Fetterman et al., 2018, p. 2).

No contexto da pesquisa avaliação, o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) possui características relevantes para pensar a avaliação no âmbito de comunidades tradicionais. Ele consiste em “conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento” (Verdejo, 2006, p. 6). Os princípios básicos que orientam esse tipo de diagnóstico são: a escuta e respeito à sabedoria da comunidade; a triangulação de técnicas e fontes; e a visualização. No DRP a comunidade não é vista como objeto passivo, mas sim como parte do processo de construção das visões, opiniões e valores que orientam as decisões sobre o desenvolvimento do turismo local. Assim, os pesquisadores têm o papel de intermediar o conhecimento da realidade, integrando as perguntas e dúvidas sobre o turismo local ao conhecimento dos comunitários (Verdejo, 2006).

3. Desenvolvendo uma metodologia participativa

3.1 Contexto do estudo: Experiências do Brasil Original

Desenvolvemos uma metodologia de avaliação participativa com comunidades indígenas e quilombolas no âmbito do projeto de pesquisa “Experiências do Brasil Original”. A iniciativa contou com o financiamento do Ministério do Turismo e apoio do Ministério dos Povos Indígenas, Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, além da FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas). O objetivo principal do projeto foi impulsionar o turismo de base local para o desenvolvimento de experiências memoráveis e transformativas como forma de valorizar as culturas, fortalecer o turismo de base comunitária, gerar fontes alternativas de trabalho e renda e contribuir para a conservação da sociobiodiversidade dos territórios.

Quatro comunidades de três estados brasileiros foram selecionadas pelo Ministério do Turismo para participar desta ação. A metodologia relatada neste artigo foi desenvolvida e testada entre abril e agosto de 2023 nas quatro comunidades tradicionais em biomas do cerrado e Amazônia: 1) Comunidade Indígena Raposa I, em Normandia, Roraima; 2) Comunidade Indígena Borari

de Alter do Chão, em Santarém, Pará; 3) Quilombo Povoado Moinho, em Alto Paraíso, Goiás; e 4) Território Quilombola Laranjituba e África, em Moju, Pará (Brasil, 2023)¹. A finalidade da avaliação diagnóstica foi proporcionar uma reflexão sobre a situação atual do turismo no território a fim de desenvolver um plano de recomendações para a comunidade e poder público e subsidiar informações para ações de qualificação posteriores.

3.2 Participantes e pesquisadores

Nesta pesquisa, os pesquisadores e participantes são cocriadores do processo avaliativo (Greenwood & Levin, 2007), haja vista que a equipe universitária possui conhecimentos teóricos e técnicos sobre turismo, frequentemente inacessíveis às comunidades, e os residentes conhecem suas realidades melhor do que qualquer agente externo. A equipe de avaliadores foi formada por quatro pesquisadores doutores e quatro pesquisadores mestres. Esse grupo distribuiu-se em duplas de doutor-mestre para mediar a avaliação com cada uma das quatro comunidades.

Os participantes da pesquisa incluíram as lideranças indígenas e quilombolas de cada território, proprietários de meios de hospedagem e restaurantes, agentes da saúde e educação local, artesãos e outros agentes culturais, e agentes do poder público local. Em todos os casos, estimulou-se a participação de público diverso, incluindo mulheres, jovens e pessoas idosas da comunidade, alcançando um total de 97 participantes.

3.3 Procedimentos operacionais do diagnóstico

A pesquisa avaliação com as quatro comunidades tradicionais estruturou-se em três fases (Figura 1), intituladas pré-campo, campo e pós-campo. O pré-campo consistiu em uma pesquisa exploratória com o objetivo de fornecer à equipe de pesquisadores mais familiaridade com os territórios e comunidades participantes do projeto. Esta fase abordou questões fundamentais para a realização da pesquisa diagnóstica, incluindo o nível de escolaridade da população local, as relações institucionais, o acesso e os papéis desempenhados pelos diversos membros da comunidade. Seu propósito foi proporcionar um panorama abrangente do contexto em que a pesquisa de campo seria conduzida.

¹ Mais informações sobre o projeto e as comunidades encontram-se no link: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/experiencias-do-brasil-original>

A fase da pesquisa de campo teve como objetivo principal aprofundar o conhecimento obtido na pesquisa pré-campo sobre os territórios indígenas e comunidades quilombolas. A pesquisa de campo foi realizada *in loco*, onde se buscou identificar as expectativas em relação ao projeto Experiências do Brasil Original e ao turismo de forma geral, estabelecendo uma relação de confiança e cumplicidade com os participantes. A pesquisa de campo também buscou apreender as características ambientais, sociais, culturais e produtivas desses territórios por meio de observação, entrevistas e oficinas.

Como se pode observar na figura 1, a pesquisa de campo se dividiu em dois eixos temáticos. O primeiro buscou compreender como o turismo vem acontecendo no território e identificar as potencialidades dos recursos culturais e ambientais para a criação e/ou adaptação de experiências turísticas memoráveis e transformativas. Dentro deste eixo temático, trabalhamos com duas categorias: recursos naturais e culturais, atividade turística e hospitalidade. O segundo eixo temático esteve ligado aos aspectos técnicos, que dão suporte ao turismo no território, apresentando como categorias avaliadas: infraestrutura, segurança e acesso e acessibilidade. Fundamenta-se em uma versão inspirada no modelo de avaliação de qualidade em serviços turísticos TOURQUAL (Mondo, 2014; Mondo & Fiates, 2017).

As informações do pré-campo foram obtidas por meio de pesquisa documental em fontes oficiais e por meio de entrevistas semiestruturadas com agentes envolvidos com a comunidade. As entrevistas serviram como complemento das informações não encontradas no levantamento documental e como validação das que foram previamente encontradas. Ademais, são importantes na indicação de interlocutores, atores importantes para a execução da fase de campo.

Para a coleta dos dados, aplicou-se um conjunto de técnicas: a) rodas de conversa e entrevistas abertas; b) Oficinas Participativas – “Semáforo Socioambiental e Cultural do Turismo”; c) Caminhadas transversais; e d) Oficina de Indicadores de Aspectos técnicos para o Turismo, fundamentadas em autores clássicos da pesquisa qualitativa, como Thiollent (2022) e Minayo (2012), seguindo pressupostos do Diagnóstico Rural Participativo (Verdejo, 2006) e empregando técnicas de reconhecimento ambiental (Souza, 2009) e visualização (Martins, 2022). O emprego dessas técnicas será detalhado na próxima seção.

Figura 1
Estrutura operacional do diagnóstico participativo.



Fonte: Elaboração própria (2023).

Por fim, o pós-campo compreendeu a fase de organização e sistematização dos resultados obtidos durante a pesquisa de campo e a validação do relatório junto às lideranças da comunidade a fim de verificar se os dados analisados refletiam, de fato, as opiniões da comunidade consultada. Todas as informações coletadas em campo foram integradas em um

relatório pré-formatado, seguindo um modelo previamente acordado pela equipe. Além de descrever a metodologia da pesquisa de campo e registrar fotos e informações relevantes, o relatório também incluiu proposições para melhorar aspectos considerados frágeis na comunidade. Essas recomendações foram apresentadas em quadros, denominados “Recomendações para o Turismo e Aspectos Técnicos” e “Recomendações para a Gestão Pública”, abordando áreas nas quais a comunidade pode intervir e aspectos relacionados à gestão pública, respectivamente.

4. Resultados e discussão

Nesta seção, apresentamos e discutimos os resultados do processo de diagnóstico turístico participativo junto às duas comunidades indígenas e duas comunidades quilombolas. Os resultados são descritos com base nos relatórios elaborados na fase de diagnóstico do projeto EBO e são agrupados nas seguintes categorias: 1) avaliação dos recursos socioambientais e do turismo nos territórios; e 2) avaliação de aspectos técnicos. Após a apresentação dessas categorias, tecemos algumas considerações sobre os aprendizados desse processo, os desafios e as principais contribuições metodológicas legadas por esta pesquisa.

4.1 Recursos socioambientais e turismo nos territórios

Empregamos diferentes estratégias para avaliar os recursos socioambientais e as formas como o turismo ocorre nos territórios. Os recursos socioambientais são compreendidos como aspectos do meio ambiente, da cultura e da hospitalidade da comunidade que podem se tornar atrativos turísticos e gerar fontes de valorização da cultural local e de renda (Martins et al., 2021). Como forma de identificar e reconhecer elementos do ambiente natural e construído de interesse turístico, todas as técnicas empregadas convergiram para uma avaliação que refletisse da forma mais fidedigna possível o olhar da comunidade para si e para o turismo. As conversas informais, a observação, as rodas de conversa, as caminhadas transversais e as oficinas contribuíram para uma apreensão dos elementos que os membros de cada território desejam valorizar.

A avaliação dos recursos socioambientais resultou em ricas e densas descrições. Para essa avaliação, destaca-se a caminhada transversal como importante técnica de diagnóstico participativo, consistindo em percorrer o território com o acompanhamento de informantes locais responsáveis por interpretar a paisagem e seus objetos (Souza, 2009). Tanto os territórios indígenas quanto os quilombolas ostentam características ambientais relevantes para o turismo. No caso da Comunidade Indígena Borari de Alter do Chão, ressaltamos as praias de água doce,

igarapés e rica biodiversidade local, com variedade de fauna e flora, propícia para observação de pássaros, animais diversos e plantas específicas. Já a Comunidade Indígena Raposa I se destaca por sua paisagem composta por savana, áreas verdes e montanhas, permitindo atividades como banhos de floresta e lua, pesca, natação, mergulho e montaria em cavalos da comunidade.

As comunidades quilombolas também apresentaram características favoráveis à imersão e conexão com a natureza. O Povoado do Moinho apresenta jardins bem cuidados, com roseiras, suculentas, cactos e outras plantas que florescem ou árvores frutíferas. A comunidade encontra-se no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, que é repleto de cachoeiras e já atrai turistas. No Território Quilombola Laranjituba e África, as comunidades encontram-se num lugar privilegiado, pois integram a Floresta Amazônica, fato que agrega um valor significativo à oferta turística, principalmente quando relacionado ao conhecimento dos comunitários sobre a floresta e tudo que a envolve.

Os aspectos culturais despontaram como forte elemento de senso de pertencimento ao lugar nos diferentes territórios. A vila de Alter do Chão possui manifestações culturais como o carimbó e a Festa do Sairé, destacando-se também pelo artesanato, culinária típica e forte presença feminina, além de sua rica história e tradições Borari. Destaca-se a importância da tradição oral, com anciãos e representantes da comunidade detentores de mapas e arquivos históricos e a luta pelo resgate das tradições e identidade Borari. Na Comunidade Indígena Raposa I, o artesanato local é marcado pela criação de tranças de palha, peneiras e, principalmente, pelas panelas de barro.

As comunidades quilombolas também destacaram a história oral como importante forma de transmissão de conhecimento e identidade cultural, com dialetos próprios sendo reconhecidos como parte importante da cultura local, no caso do Território Laranjituba e África. No Povoado do Moinho, a culinária local, especialmente os biscoitos e doces tradicionais, é valorizada por promover sociabilidades na comunidade. A relevância da história oral presente em todos os territórios reflete resultados encontrados em outros contextos indígenas e quilombolas, em que a riqueza sociocultural do lugar se encontra nas pessoas (Martins et al., 2020).

Para uma discussão estruturada do potencial e da realidade do turismo nos territórios, usamos a Oficina Participativa de Diagnóstico – “Semáforo Socioambiental e Cultural do Turismo”. Essa oficina foi inspirada no trabalho de Martins et al. (2022; 2021), que utilizou a imagem do semáforo para discutir com uma comunidade indígena potiguar os problemas (vermelho), as

potencialidades (amarelo) e os pontos fortes (verde) do turismo no território. À primeira vista, o semáforo nos pareceu um objeto urbano demais para servir de estímulo visual e didático nas comunidades tradicionais. No entanto, como a referida autora e colaboradores reportaram boa adesão da comunidade com esse instrumento, resolvemos aplicá-lo, também considerando o fato de não serem comunidades isoladas do meio urbano. Essa estratégia resultou em ricas discussões e refletiu adequadamente o princípio da visualização preconizada pelo Diagnóstico Rural Participativo (Verdejo, 2006). A equipe de pesquisa em cada comunidade levou consigo o material para montagem do semáforo: cartolinas coloridas, post its coloridos, hidrocores e canetas (Figura 2).

Para tornar o processo mais agradável e a aproximação mais amigável, em todas as comunidades a oficina iniciou com a discussão dos pontos fortes. A equipe de pesquisadores deu exemplos de pontos que podem ser considerados fortes, como atrativos turísticos já existentes, infraestrutura adequada, envolvimento da comunidade no turismo, artesanato, história oral, gastronomia e outros elementos que considerem como vantagens, representados pela cor verde. Já o amarelo simbolizou as potencialidades do turismo, tratando de aspectos promissores e recursos que ainda não foram plenamente explorados (Martins, 2022). Essas potencialidades podiam incluir a paisagem, a capacidade de oferecer experiências autênticas e a possibilidade de firmar parcerias. Por último, o vermelho representou os pontos a melhorar ou restritivos do turismo no território.

A abordagem metodológica utilizada para identificar os pontos fortes evidenciou de forma geral a diversidade e riqueza dessas localidades como potenciais destinos turísticos autogerenciados. Cada comunidade foi capaz de reconhecer suas características únicas e atrativos específicos que podem contribuir para uma experiência turística enriquecedora. A valorização da cultura e tradições locais, a preservação da natureza e a hospitalidade dos comunitários emergiram como pontos fundamentais que fortalecem o potencial turístico dos territórios. O reconhecimento de múltiplos pontos fortes resultou de um trabalho de sensibilização para o potencial turístico, uma vez que nem sempre os moradores identificavam elementos de sua cultura e cotidiano como dignos de atratividade turística.

Figura 2
Exemplo de Semáforo Socioambiental



Fonte: Acervo próprio (2023).

Tratando das potencialidades, as comunidades discutiram aspectos que não eram atrativos turísticos consolidados no território, mas poderiam ser aprimorados para valorizar a cultura, contribuir para a conservação ambiental e gerar renda para a comunidade. Destacaram a possibilidade de desenvolvimento de oficinas de artesanato, atividades ao ar livre como observação de fauna e flora, danças e rituais tradicionais, e oficinas de gastronomia valorizando ingredientes locais. Também se mencionou a possibilidade de criação de pontos de contemplação da natureza, eventos culturais e festas locais.

No que se refere aos pontos a melhorar (vermelho), as quatro comunidades compartilham desafios significativos em relação à adequação espacial para o turismo. Em termos de infraestrutura, todas enfrentam questões como a falta de sinalização turística adequada, dificuldades de acesso aos pontos turísticos e deficiências na oferta de acomodações. A comunidade Borari, por exemplo, lida com a inexistência de um Plano de Manejo da APA Alter do Chão, o que resulta em impactos negativos da atividade turística em áreas protegidas, incluindo a circulação indevida de barcos motorizados. Já Raposa enfrenta desafios como a barreira idiomática, a falta de interesse e integração da comunidade com o turismo e a escassez de diversidade de artesanato, limitando a oferta turística local.

Além dos problemas estruturais, há desafios relacionados à preservação cultural e envolvimento da comunidade. A comunidade Borari, por exemplo, enfrenta a perda da referência do seu artesanato ao longo dos anos, dificultando o acesso dos turistas a essa parte importante da sua cultura. No Moinho, a falta de apoio financeiro e a necessidade de regularização fundiária são questões críticas que impactam o desenvolvimento do turismo local. Já em Laranjituba e África, o turismo é uma atividade nova, e a comunidade precisa realizar ajustes nas suas estruturas e processos para melhor receber os visitantes, como melhorias nos acessos aos igarapés e trilhas, e a definição de preços adequados para as atividades oferecidas. Em todas as comunidades, investimentos em infraestrutura, capacitação e preservação cultural são essenciais para o desenvolvimento sustentável do turismo, garantindo que as atividades turísticas sejam benéficas para a comunidade local e para os visitantes. Esses aspectos foram discutidos de forma mais aprofundada na segunda oficina realizada em campo.

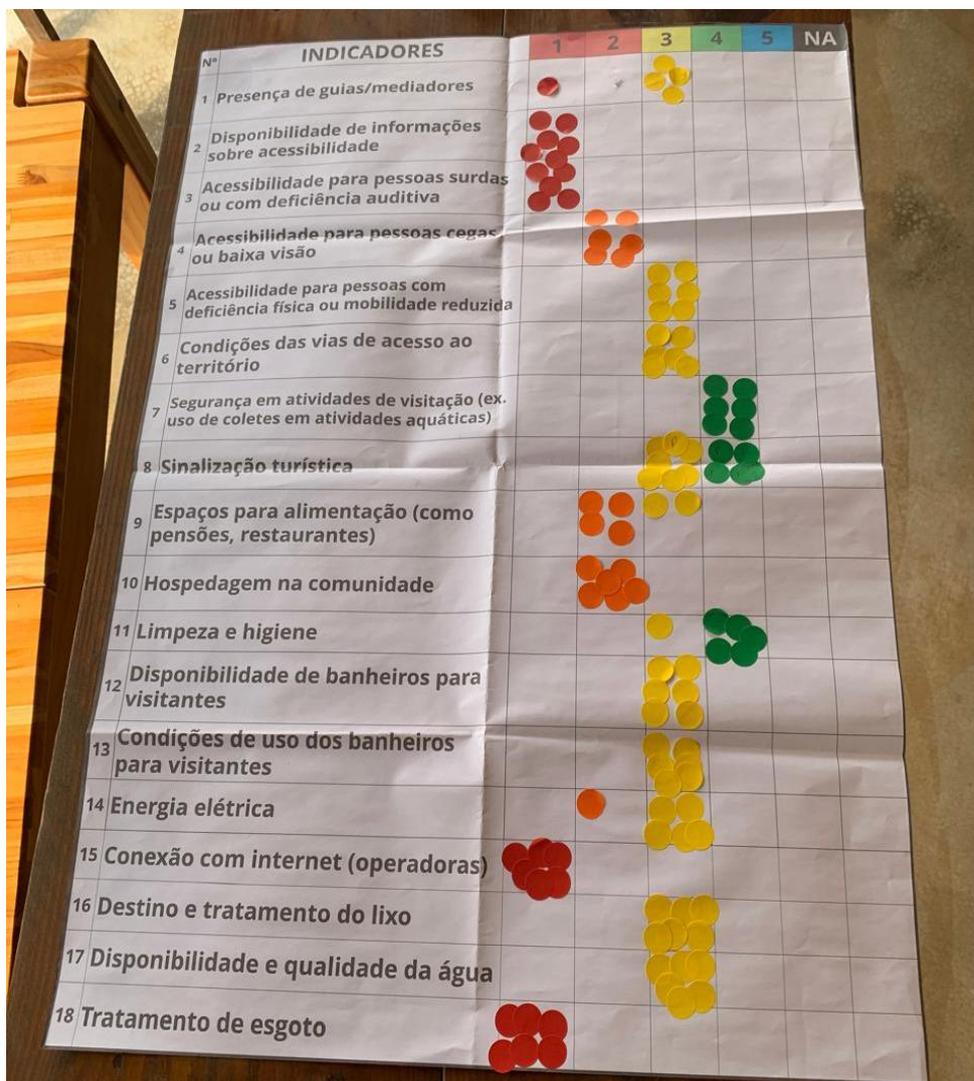
4.2 Aspectos técnicos

Os pontos a melhorar discutidos na Oficina do Semáforo Socioambiental do Turismo foram amplamente corroborados na Oficina de Indicadores de Aspectos Técnicos para o Turismo. Esta oficina também foi planejada considerando o princípio da visualização (Verdejo, 2006) e consistiu na atribuição de notas para diferentes aspectos de qualidade técnica para o turismo, difundidos em instrumentos de avaliação de qualidades, como o TOURQUAL (Mondo, 2014; Mondo & Fiates, 2017). Esses itens foram discutidos pela equipe de pesquisadores do projeto à luz de experiências pregressas dos membros da equipe e da literatura especializada em qualidade de serviços no turismo.

Foram avaliados 18 aspectos na Oficina de Indicadores de Aspectos Técnicos. Entre eles, a presença de guias ou mediadores, a disponibilidade de informações sobre acessibilidade e a acessibilidade para pessoas surdas ou com deficiência auditiva. Também foram avaliadas as condições das vias de acesso ao território, a segurança em atividades de visitação, a sinalização turística, os espaços para alimentação, a hospedagem na comunidade, a limpeza e higiene, entre outros. Os participantes da oficina receberam adesivos com diferentes cores para uma classificação dos itens com notas de 1 (insuficiente) a 5 (excelente). Também havia a opção “Não se aplica” para itens que não faziam sentido para os territórios (Figura 3).

Figura 3

Exemplo de painel com indicadores de aspectos técnicos



Fonte: Acervo próprio (2023).

Em todas as comunidades, a presença de guias e mediadores foi considerada importante, mas há uma carência de profissionais credenciados, apontando para a necessidade de cursos de formação específicos. A acessibilidade para pessoas com deficiência foi avaliada como crítica em todas as comunidades, destacando a falta de estrutura e de informações adequadas, fato observado em avaliação similar realizada em roteiros de turismo rural (Valduga et al., 2023). As condições das vias de acesso variaram, sendo avaliadas de forma intermediária em algumas comunidades e boas em outras, mas sempre com a ressalva de que melhorias são necessárias. A segurança em atividades de visitação foi considerada suficiente na maioria das comunidades, mas com alguns pontos de atenção, como a falta de coletes salva-vidas e a necessidade de reparos em equipamentos.

A sinalização turística foi apontada como um ponto fraco na maior parte das comunidades, sendo avaliada como inexistente ou insuficiente. A oferta de alimentação e hospedagem também foi considerada insuficiente. A limpeza, higiene e disponibilidade de banheiros para visitantes foram avaliadas de forma geral como suficientes, mas com margem para melhoria em algumas comunidades. A energia elétrica e a conexão com a internet foram apontadas como áreas problemáticas em várias comunidades, com interrupções frequentes no fornecimento de energia e falta de acesso à internet móvel. O destino e tratamento do lixo foram considerados precários em algumas comunidades, com a falta de coleta regular e descarte inadequado em áreas comuns. Já a qualidade da água e o tratamento de esgoto foram avaliados de forma mais positiva, com a utilização de fontes de água limpa e sistemas de tratamento adequados em algumas comunidades.

4.3 Discussão

As discussões sobre o turismo no território e aspectos de qualidade técnica conduziram as comunidades locais à reflexão sobre possibilidades de desenvolvimento do turismo, de maneira geral, e de experiências turísticas, de maneira particular. Os pesquisadores avaliadores consolidaram essas reflexões em um relatório de diagnóstico, que foi posteriormente validado pelos atores locais. Esse tipo de envolvimento dos atores locais do turismo no processo avaliativo é fundamental para gerar um senso de pertencimento ao processo de construção do destino turístico (Bichler, 2021).

Extraímos dois ganhos principais desse processo de reflexão sobre os recursos turísticos, o estado atual do turismo e seus aspectos técnicos. Em primeiro lugar, a avaliação despontou como uma oportunidade de sensibilização de aspectos necessários ao turismo, envolvendo tanto os recursos naturais e culturais quanto a infraestrutura necessária, como sinalização, saneamento, energia, acesso e acessibilidade (Boullón, 2002; Mondo & Fiates, 2017). A reflexão sobre recursos e atrativos turísticos foi uma oportunidade de sensibilização para valorizar aspectos da cultura material e imaterial, história oral, festividades e natureza.

Os aspectos técnicos foram considerados tanto como fatores desejáveis para o turismo quanto como aspectos que afetam a qualidade de vida geral da população. Esse processo resultou em uma reflexão sobre aspectos técnicos para a própria comunidade, pois uma infraestrutura turística bem planejada beneficia não só os visitantes, mas principalmente a população local. Aspectos como saneamento básico, acesso à energia e sinalização adequada melhoram a

qualidade de vida da comunidade e estão consoantes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas². Em particular, o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) são diretamente contemplados.

O segundo benefício significativo desse processo foi a oportunidade de formular recomendações para as lideranças das comunidades, as associações pertinentes e as autoridades públicas. As equipes de pesquisa elaboraram recomendações abrangentes para aprimorar os serviços turísticos, com foco especial em questões de acessibilidade e sinalização, identificadas como pontos críticos nesse contexto. Além das sugestões dirigidas às comunidades, os relatórios de diagnóstico também apontaram recomendações específicas para o poder público, incluindo melhorias na infraestrutura básica de saneamento e coleta de lixo, aprimoramentos nas condições de acesso ao território (considerando a precariedade de muitas estradas) e a disponibilização de informações sobre o turismo local nos meios de comunicação da comunidade.

Metodologicamente, empregamos múltiplas técnicas. Isso porque a pesquisa avaliação também depende de credibilidade acadêmica (Contandriopoulos, 2006). Nesse sentido, os procedimentos empregados também buscaram atender aos critérios de validade científica para apreender as opiniões, percepções e atitudes sobre o turismo nos territórios, bem como julgamentos sobre a qualidade técnica. As oficinas participativas funcionaram como um catalisador de discussões sobre o estado atual do turismo nas comunidades, complementando os resultados fornecidos pelas observações, entrevistas e caminhadas transversais, e gerando descrições densas das realidades espaciais, culturais, econômicas e turísticas tão heterogêneas.

A partir dos resultados relatados, consideramos que o sucesso da pesquisa avaliação com comunidades tradicionais depende de três fatores. O primeiro consiste na parceria entre as comunidades, a universidade e o setor público. Sem o aporte financeiro do Ministério do Turismo não teria sido possível desenvolver a metodologia proposta neste artigo e aplicá-la em quatro comunidades em três estados brasileiros. Em segundo lugar, ressaltamos o caráter inovador da combinação metodológica e aplicação com comunidades indígenas e quilombolas. O terceiro fator que favoreceu o sucesso da pesquisa foi a capacidade da equipe de avaliadores de instaurar um ambiente colaborativo, construtivo e empático para a avaliação.

² <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Adotando uma abordagem colaborativa de pesquisa avaliação (Rodríguez-Campos, 2018), foi possível criar uma atmosfera segura para participação e envolvimento dos participantes, mesmo a responsabilidade da construção dos instrumentos e da condução do processo tendo sido da equipe. Isso não significa afirmar ingenuamente que um ambiente colaborativo seja isento de conflitos. Testemunhamos na prática das oficinas colaborativas a presença de divergências entre opiniões, diferentes interesses para o desenvolvimento dos roteiros e, em alguns casos, ambiguidades e parcialidades da gestão centralizada em algumas prefeituras. Embora não seja possível intervir nessas situações, o compromisso coletivo, o desenvolvimento e a comunicação aberta (Rodríguez-Campos, 2018) nortearam as ações dos avaliadores e as discussões nos diversos encontros realizados.

5. Considerações finais

O objetivo deste artigo foi apresentar o processo de diagnóstico participativo do turismo junto a comunidades tradicionais indígenas e quilombolas. Desenvolvemos e aplicamos uma metodologia de pesquisa avaliação que envolveu a participação de quatro comunidades, sendo duas indígenas e duas quilombolas. Assumimos neste processo a premissa de que toda avaliação deve ser útil aos atores envolvidos – tanto pela perspectiva dos resultados gerados pela avaliação quanto pelo processo de avaliação em si. Do ponto de vista do processo, os instrumentos da pesquisa cumpriram o papel pragmático de coletar dados estruturados, mas também desempenharam uma função educativa, o que corrobora a validade e legitimidade social do processo de avaliação (Contandriopoulos, 2006).

A postura adotada na pesquisa de campo se ancorou em princípios do Diagnóstico Rural Participativo e outras abordagens de pesquisa avaliação participativa: o estabelecimento de um comprometimento coletivo com os objetivos do diagnóstico, a escuta atenta e empática, a visualização dos dados e informações e o respeito e a valorização do conhecimento empírico da população local (Verdejo, 2006; Fetterman et al., 2018). Isso permitiu criar um ambiente de confiança propício para uma discussão sem julgamentos, em que os protagonistas da avaliação foram os residentes membros das comunidades - os maiores conhecedores de seu próprio território.

Os atores locais se beneficiaram do processo de diversas formas. Primeiramente, o processo de diagnóstico favoreceu que suas vozes fossem ouvidas pelo poder público e que suas vivências fossem consideradas. Isso contribuiu para um entendimento das necessidades, desafios e

potenciais locais, possibilitando a identificação de oportunidades de desenvolvimento turístico mais alinhadas com suas realidades e aspirações. A metodologia também contribuiu, em certa medida, para o empoderamento das comunidades. Não no sentido de conceder-lhes protagonismo, mas de auxiliá-las a reconhecer e valorizar seu conhecimento e experiência local. Isso contribuiu para aumentar a autoestima e a confiança, permitindo que participassem ativamente no planejamento e na gestão do turismo em seus territórios.

A combinação metodológica apresentada neste artigo pode ser aplicada em outros contextos com adaptações. A flexibilidade nesse tipo de metodologia é característica fundamental para adequar o processo às particularidades e necessidades locais, e não o contrário, levando em conta a cultura, contextos históricos, sociais e ambientais específicos de cada comunidade. Além disso, é importante garantir a qualificação dos pesquisadores e a criação de espaços seguros e inclusivos para a participação de todos os membros da comunidade.

Apesar de suas vantagens, a metodologia de diagnóstico participativo também apresenta algumas limitações. Um dos desafios é garantir a representatividade e inclusão de todos os grupos e indivíduos dentro da comunidade, especialmente aqueles que podem despender de menor poder. Além disso, o processo pode ser mais demorado e exigir mais recursos do que abordagens mais tradicionais, devido à necessidade de construir relações de confiança, facilitar a participação e integrar diferentes perspectivas. Outra limitação é a possibilidade de vieses e distorções nas percepções coletadas, especialmente se não forem adequadamente comparadas na triangulação de dados.

Referências

- Almeida, L., & Euzebio, U. (2021). A categoria desenvolvimento e os impactos das políticas públicas sobre comunidades tradicionais. *Brazilian Journal of Development*, 7(1), 6004-6027. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n1-409>
- Bichler, B. F. (2021). Designing tourism governance: The role of local residents. *Journal of Destination Marketing & Management*, 19, 100389. <https://doi.org/10.1016/j.jdmm.2019.100389>
- Boullón, R. (2002). *Planejamento do espaço turístico*. EDUSC.
- Bowen, M. L. (2016). Who owns paradise? Afro-Brazilians and ethnic tourism in Brazil's quilombos. *African and Black Diaspora: An International Journal*, 10(2), 179-202. <https://doi.org/10.1080/17528631.2016.1189689>
- Brandão, C. do N., Barbieri, J. C., & Reyes Junior, E. (2015). Análise da sustentabilidade do turismo: um estudo em comunidades indígenas no Estado de Roraima, Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 9(3), 500-518. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v9i3.707>
- Brasil. (2004). *Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004*. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm
- Brasil. (2015). *Instrução Normativa nº 03, de 11 de junho de 2015*. Estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas. <https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/ascom/2015/doc/jun-06/in-03-2015.pdf>
- Brasil. (2023). *Experiências do Brasil Original: construindo experiências transformativas com comunidades indígenas e quilombolas - guia de implementação*. Ministério do Turismo/Universidade Federal Fluminense.
- Cala Matiz, B. (2006). Proyecto para el fortalecimiento de turismo agroecológico en los municipios Nimaima y Vergara. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 4(1), 99-113.
- Castro, E. (2005). Quem é índio? *Instituto Socioambiental*. Recuperado em 15 abril 2024, de https://pib.socioambiental.org/pt/Quem_%C3%A9_%C3%ADndio%3F
- Castro, L. L. C., & Pinto, R. (2013). Sustentabilidade e turismo comunitário: aspectos teórico-conceituais. *Caderno Virtual de Turismo*, 13(2), 213-226.
- Contandriopoulos, A.-P. (2006). Avaliando a institucionalização da avaliação. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(3), 705-711.
- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). (2023). *Racismo e violência contra quilombos no Brasil: 2018-2022* (2a ed.). Terra de Direitos. <https://terradedireitos.org.br/racismoeviolencia/index?download=1>
- Corbari, S. D., Bahl, M., & Souza, S. do R. de. (2017). Impactos (turísticos ou não) nas comunidades indígenas brasileiras. *Turismo & Sociedade*, 10(3), 1-25.
- Dambrós, C. (2019). Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil. *Revista NERA*, 22(48), 174-189.

Denkewicz, P., Martins, B., & Nigro, G. (2021). Turismo e comunidades tradicionais: uma reflexão acerca da Ilha do Mel, PR. *Turismo e Sociedade*, 14(3), 63-82.

Fetterman, D. M., Rodríguez-Campos, L., & Zukoski, A. P. (2018). *Collaborative, participatory, and empowerment evaluation: Stakeholder involvement approaches*. Guilford Press.

Fundação Cultural Palmares. (n.d.). O que significa quilombo? <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/serra-da-barriga-1/quilombo>

Greenwood, D. J., & Levin, M. (2007). *Introduction to action research: Social research for social change*. SAGE.

Guedes, R., & Fonseca, R. (2011). A autonomia como necessidade estruturante para o enfrentamento da violência de gênero. *Revista da Escola de Enfermagem USP*, 45(2), 1731-1735.

Guerrón Montero, C. M. (2017). "To preserve is to resist": Threading Black cultural heritage from within in Quilombo tourism. *Souls*, 19(1), 75-90.

Hall, C. M. (2001). *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. Contexto.

Irving, M. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In R. Bartholo, D. G. Sansolo, & I. Bursztyn (Orgs.), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 108-121). Letra e Imagem.

Kellaghan, T. (2010). Evaluation research. In P. Peterson, E. Baker, & B. McGaw (Eds.), *International encyclopedia of education* (3rd ed., pp. 150-155). Elsevier.

Leite, I. (2008). O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. *Estudos Feministas*, 16(3), 424. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300015>

Lima, R. M. M. de, & Costa, J. B. A. da. (2015). Avaliação de políticas públicas de turismo: Aspectos metodológicos e os resultados da avaliação do PRODETUR em Parnamirim/RN (2005-2012). *Revista Turismo em Análise*, 26(2), 451-474. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v26i2p451-474>

Martins, J. C. D. V. (2022). *Diálogo de saberes e contribuições ao planejamento participativo das paisagens com comunidades indígenas do Território Mendonça no semiárido potiguar, Brasil* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte].

Martins, J. C. D. V., Silva, T. M. C. D., Oliveira, A. M. D., Silva, E. V. D., & Oliveira, I. P. R. A. D. (2020). Potencialidades turísticas e aspectos socioambientais em duas comunidades autoidentificadas indígenas no Rio Grande do Norte. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 13(1).

Martins, J. C., da Silva, E. V., & da Silva, P. C. M. (2021). Diagnóstico e mapeamento social das paisagens: diálogo de saberes com comunidade autodeclarada indígena no Rio Grande do Norte, Brasil. *Caderno Prudentino de Geografia*, 3(43), 30-58.

Merkel Arias, N., & Kieffer, M. (2022). Participatory action research for the assessment of community-based rural tourism: A case study of co-construction of tourism sustainability indicators in Mexico. *Current Issues in Tourism*. <https://doi.org/10.1080/13683500.2022.2037526>

Meyer, W., & Stockmann, R. (2013). *Functions, methods and concepts in evaluation research*. Palgrave Macmillan.

Minayo, M. C. S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621-626.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. (n.d.). *Informativo do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome*. https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/consulta_publica/Informativo%20PCT.pdf

Ministério Público do Estado de Minas Gerais. (2014). *Cartilha dos povos e comunidades tradicionais: Seus direitos e seus territórios*. Laboratório de Conflitos Ambientais, UFMG. <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>

Mondo, T. S. (2014). *Tourqual: Proposta de um modelo de avaliação da qualidade de serviços em atrativos turísticos* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina].

Mondo, T. S., & Fiates, G. G. S. (2017). TOURQUAL: proposta de um protocolo para avaliação da qualidade dos serviços em atrativos turísticos. *Brazilian Business Review*, 14(6), 653-669.

Oliveira, D. (2021). Território histórico e transformações contemporâneas da paisagem guarani. In L. Emperaire (Coord.), *Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças* (pp. 351-370). SBPC. <https://portal.sbpcnet.org.br/livro/povostradicionais7.pdf>

Oliveira, M. W. (2021). Yaripo ecoturismo yanomami: plano de visitação. In *Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes & Associação das Mulheres Yanomami*. Recuperado em 15 abril 2024, de <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/yaripo-ecoturismo-yanomami-plano-de-visitacao>

Patton, M. Q. (1997). *Utilization-focused evaluation: The new century text* (2nd ed.). SAGE.

Patton, M. Q., McKegg, K., & Wehipeihana, N. (2016). *Developmental evaluation exemplars: Principles in practice*. Guilford Press.

Perantoni, A., Silva, L., & Nagabe, F. (2012). Inventário turístico: experiências acadêmicas com metodologias e práticas no planejamento do turismo no Pontal Paulista/SP. In **Anais do 5º Congresso Latino-Americano de Investigação Turística**.

Proença, A. R. G. B., & Panosso Netto, A. (2022). Turismo em territórios indígenas: desenvolvimento e impacto sociocultural na Comunidade Indígena Nova Esperança "Pisasú Sarusawa" (Rio Cuieiras-Amazonas). *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 16, e2408.

Rodríguez-Campos, L. (2018). Essentials of collaborative evaluation. In D. M. Fetterman, L. Rodríguez-Campos, & A. P. Zukoski (Eds.), *Collaborative, participatory, and empowerment evaluation: Stakeholder involvement approaches* (pp. 15-30). Guilford Press.

Rojas, M. T., Guardia, M. S., & Nascimento, J. W. (2014). O ambiente construído dos engenhos no município de Areia (PB): um estudo para o agriturismo. *Caderno Virtual de Turismo*, 14(1), 1-15.

Sánchez Rivero, M., Sánchez Martín, J. M., & Rengifo Gallego, J. I. (2016). Methodological approach for assessing the potential of a rural tourism destination: An application in the province of Cáceres (Spain). *Current Issues in Tourism*, 19(11), 1084-1102. <https://doi.org/10.1080/13683500.2014.978745>

Santos, A., B. dos. (2015). *Colonização, quilombos: modos e significações*. INCTI – UnB.

Santos, D., Carvalho, J., & Tricárico, L. (2019). Patrimônio imaterial e o turismo étnico em comunidade indígena em Iranduba, Amazonas. *Turismo e Sociedade*, 12(3), 16-35.

Silveira, K. K. B., Pereira, L. A., & Limberger, P. F. (2021). Avaliação da padronização das mídias sociais gerenciadas pelo Ministério do Turismo. *Marketing & Tourism Review*, 6(1), 1-20. <https://doi.org/10.29149/mtr.v6i1.6352>

Souza, M. D. (2009). A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural/rápido participativo (DRP). *Revista em Extensão*, 8(1), 34-47.

Thiollent, M. (2022). *Metodologia da pesquisa-ação* (19th ed.). Cortez.

Valduga, M. C., Oliveira, R. L. D., Sant'Anna, E. S., & Marques, O. R. B. (2023). Experiências turísticas memoráveis em ambientes rurais: Pesquisa-ação com empreendedores da Rota do Queijo-Terroir Vertentes, Minas Gerais, Brasil. *Turismo: Visão e Ação*, 25(2), 198-218.

Verdejo, M. E. (2006). *Diagnóstico rural participativo: Um guia prático*. MDA.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Contribuição dos autores: Eduardo Silva Sant'Anna: Conceituação, Investigação, Metodologia, Escrita – primeira redação; Aline Barbosa Tinoco Luz: Conceituação, Investigação, Metodologia, Escrita – primeira redação; Verônica Feder Mayer: Conceituação, Investigação, Metodologia, Escrita – revisão e edição; Osiris Ricardo Bezerra Marques: Conceituação, Investigação, Metodologia, Escrita – revisão e edição, Obtenção do financiamento

Financiamento: Ministério do Turismo

Apresentação prévia: Trabalho apresentado no XXI Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo.

Agradecimentos: Agradecemos profundamente às comunidades participantes do projeto Experiências do Brasil Original, em especial aos seus líderes e a todos os membros que nos acolheram em seus territórios e em suas vidas. Sua confiança, generosidade e sabedoria não apenas tornaram esta pesquisa possível, mas também nos inspiraram e transformaram de maneira profunda. Foi uma verdadeira honra compartilhar essa caminhada com vocês. Estendemos ainda nosso reconhecimento aos demais pesquisadores envolvidos no projeto, cujos valiosos insights contribuíram diretamente para a construção da metodologia apresentada neste artigo.

Histórico: Submetido/Received: 10 out 2024

Aprovado/Accepted: 13 mai 2025